

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Sumário

Telecomunicações no Brasil

Crescimento Projetado

Programas e Projetos

Programa Nacional de Banda Larga (PNBL)

Celulares de Quarta Geração - 4G

Internet na Zona Rural

Inclusão Digital

TV Digital

Ginga

O Setor de Radiodifusão no Brasil

TV por Assinatura

Satélites

Anel Óptico Sul-Americano

Cabos Submarinos

Copa do Mundo 2014 e Jogos Olímpicos 2016

Serviços Postais

3

4

7

7

9

9

9

11

11

12

13

14

15

16

17

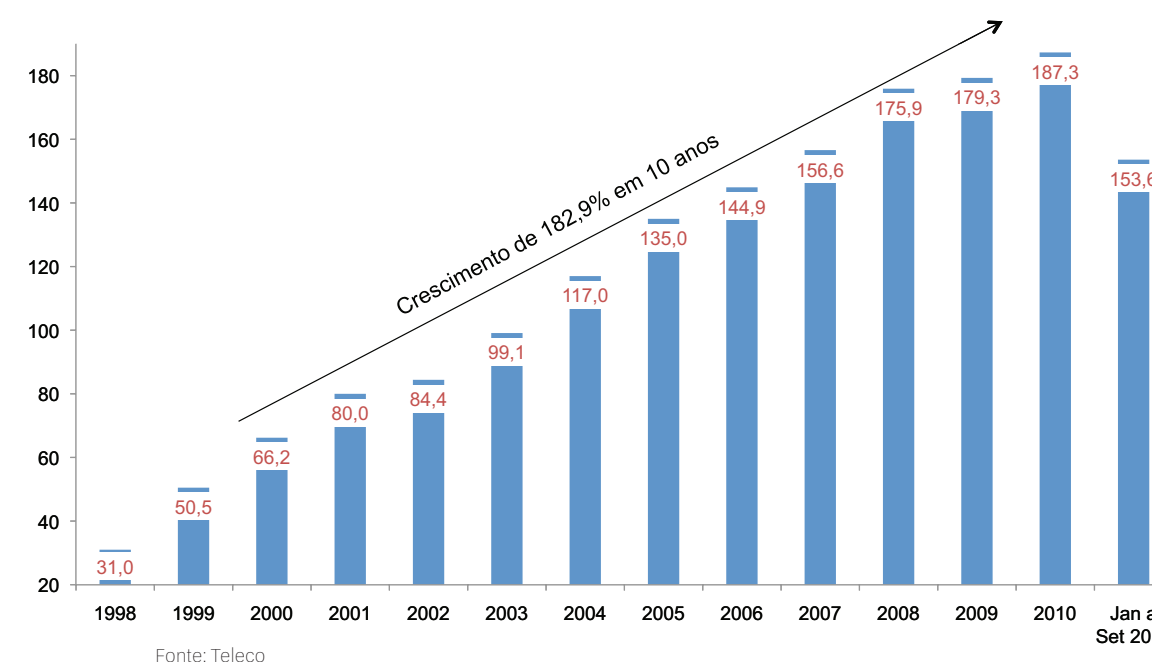
18

Telecomunicações no Brasil

Com cerca de 190 milhões de habitantes, e passando por um sólido processo de redistribuição de renda e fortalecimento das atividades produtivas, o Brasil apresenta alguns dos maiores índices de crescimento do setor de telecomunicações e tecnologia da informação em todo o mundo.

Durante o ano de 2011, o país dobrou o número de acessos móveis em banda larga, bem como manteve um crescimento sustentado dos demais serviços. E se consolidou como o terceiro maior mercado mundial de PCs. Nos três primeiros trimestres de 2011, o faturamento do setor de telecomunicações foi de R\$ 201 bilhões.

RECEITA BRUTA DO SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES (EM R\$ BILHÕES CORRENTES ANUAIS)



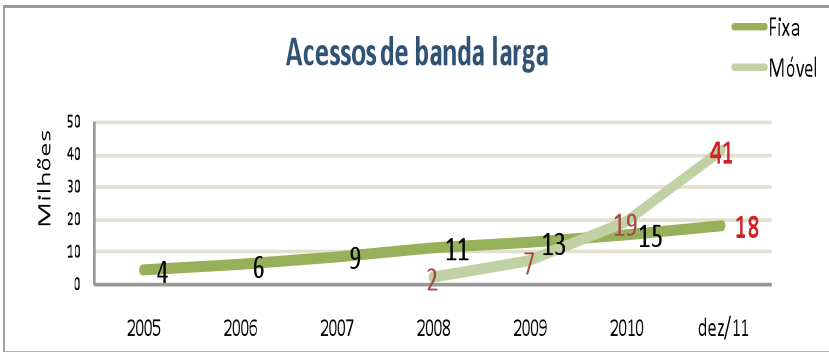
Explorado principalmente por empresas privadas, o mercado brasileiro de telecomunicações é regulado pela Agência Nacional de Telecomunicações, a Anatel, que tem entre suas atribuições a fiscalização, o gerenciamento do espectro e

o licenciamento dos serviços. Já o Ministério das Comunicações é responsável por conceder as licenças de rádio e televisão e estabelecer as políticas públicas para os setores de radiodifusão e telecomunicações.

A principal política pública para as telecomunicações no Brasil é o Programa Nacional de Banda Larga, que tem por objetivo aumentar a cobertura dos serviços de internet rápida no Brasil, reduzir o seu custo ao usuário final e elevar a velocidade dos acessos. Para tanto, conta com uma série de ações de caráter regulatório, fiscal, de política industrial e de indução ao investimento e à construção de infraestrutura.

O programa também inclui investimentos diretos do Governo Federal em um backbone óptico de 31 mil quilômetros, que chegará, até o final de 2012, às principais cidades brasileiras, alcançando praticamente a metade da população do país. Esta rede é operada pela empresa pública Telebras, com o objetivo de aumentar a oferta de capacidade de transporte de telecomunicações e incentivar a competição e as parcerias público-privadas no segmento.

ACESSO FIXO E MÓVEL DE BANDA LARGA



Fonte: Anatel

CRESCIMENTO PROJETADO

O crescimento que vem sendo aferido nos serviços de telecomunicações deve se manter nos próximos anos, graças à conjuntura econômica brasileira. Nesse sentido, o Governo Federal conduz suas ações para o setor com o objetivo de atingir as seguintes metas, no ano de 2015:

- O número de domicílios com acesso à internet vai mais do que dobrar, passando de 17 milhões e 400 mil para 40 milhões;
- Crescimento semelhante se dará na TV por assinatura: ela estará em 32% dos

domicílios, contra os atuais 18%;

- 70% da população fará uso da internet, contra os 41,7% apontados por pesquisa de 2009;
- Cada usuário de telefonia móvel usará, por mês, 190 minutos do serviço, aumentando em 75% a média atual;
- Todas as escolas públicas brasileiras terão internet em banda larga. Hoje, ela só está disponível nas escolas urbanas;
- A participação da produção nacional no mercado nacional de equipamentos e aparelhos de telecomunicação chegará a 70% entre 2017 e 2022.

O setor de telecom no Brasil foi um dos principais responsáveis pelo recorde histórico de ingressos estrangeiros no país em 2011. Comparado a 2010, o setor apresentou variação positiva

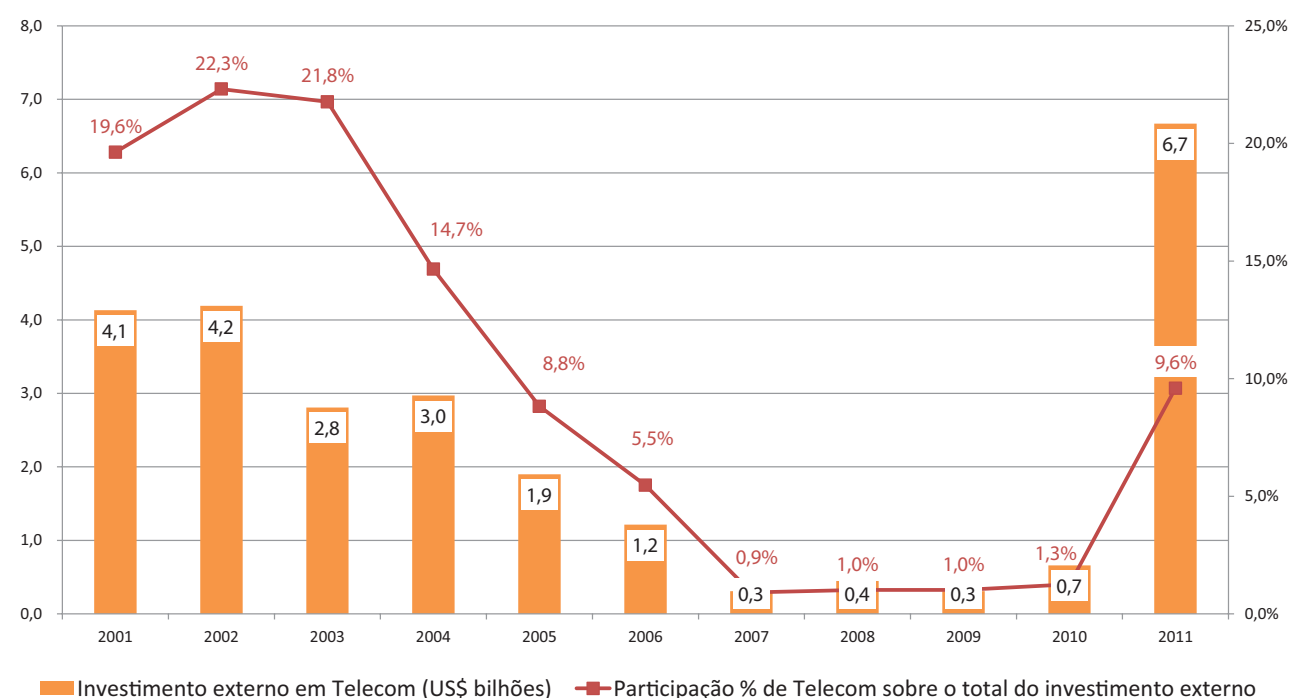
de US\$ 6 bilhões em investimentos externos. Esse valor representou 35,5% do crescimento total de ingressos de investimentos estrangeiros diretos, que foi de US\$ 16,9 bilhões.

INGRESSOS DE INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS

Discriminação	2010	2011	Variação 2011-2010	
	Ano	Ano	US\$ Milhões	%
Total	24 749	29 183	4 704	19,2%
Agricultura, pecuária e extrativa mineral	569	819	250	43,9%
Extração de minerais metálicos	382	722	340	89,0%
Demais	188	98	-90	-48,0%
Indústria	14 582	16 099	1 517	10,4%
Veículos automotores, reboques e carroceiras	4 099	5 581	1 482	36,4%
Metalurgia	1 320	395	- 925	-70,1%
Bebidas	1 827	1 964	137	7,5%
Produtos alimentícios	1 121	1 517	396	35,3%
Produtos químicos	1 874	2 272	397	21,2%
Demais	4 340	4 370	30	0,7%
Serviços	9 327	12 264	2 937	31,5%
Telecomunicações	1 064	2 447	1 383	130,0%
Comércio, exceto veículos	1 179	1 275	96	8,2%
Eletricidade, gás e outras utilidades	1 737	1 961	223	12,9%
Serviços financeiros e atividades auxiliares	2 296	3 150	854	37,2%
Seguros, resseguros, previdência complementar e plano de saúde	421	550	129	30,6%
Demais	2 629	2 880	251	9,5%

Fonte: Banco Central do Brasil

INVESTIMENTOS EXTERNOS EM TELECOMUNICAÇÕES: RETOMADA DO NÍVEL DE INGRESSOS DE RECURSOS



O resultado altamente positivo na área de telecomunicações consolida a confiança dos investidores externos na condução dos negócios no Brasil - em especial no que se refere a novas oportunidades que estão sendo abertas:

- A introdução da telefonia móvel de quarta geração no Brasil, que deve estar em funcionamento em 2013, nas cidades-sede da Copa do Mundo;
- A proximidade dos grandes eventos (Copa e Olimpíadas), que induzem o mercado

de telecomunicações e tecnologias da informação;

- A expansão da TV digital no Brasil e dos serviços interativos nesse meio de comunicação.

O Ministério das Comunicações vem desempenhando um papel fundamental para a elevação de aplicação de recursos privados no setor, por meio de várias políticas que objetivam criar um ambiente de negócios propício à entrada de capitais.

Programas e Projetos

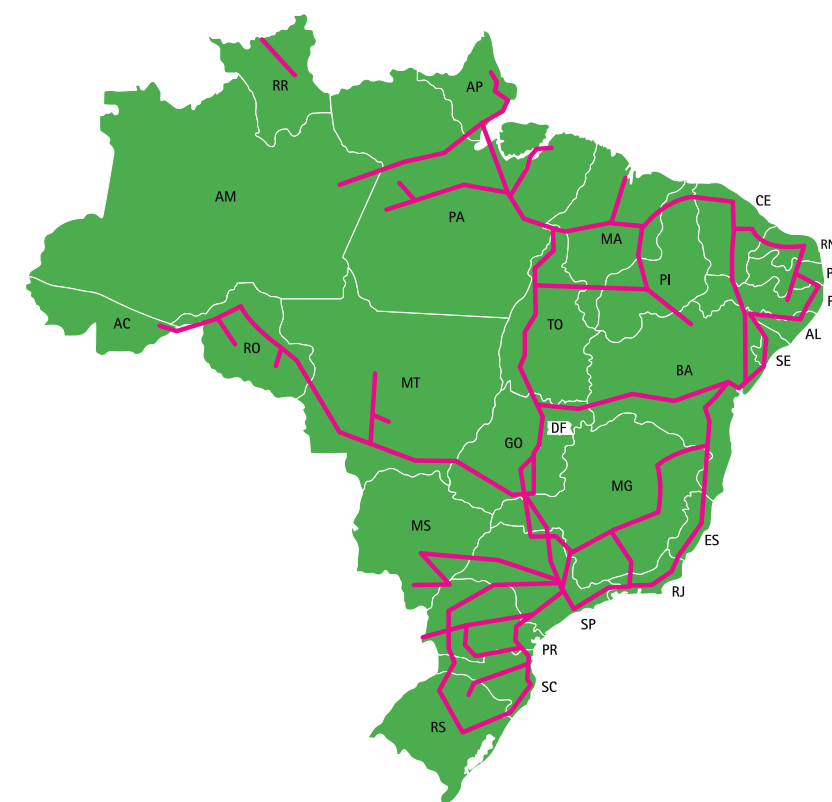
PROGRAMA NACIONAL DE BANDA LARGA (PNBL)

Criado em 2010 pelo governo brasileiro, o Programa Nacional de Banda Larga pretende cobrir todo o Brasil com uma infraestrutura de conexão à internet, massificando o acesso e levando ofertas a regiões onde a internet era inexistente ou muito cara. O PNBL inclui desde medidas regulatórias e fiscais até investimentos públicos em infraestrutura.

A meta do governo é que, até 2014, todos os 5.565 municípios brasileiros tenham acesso à internet, contemplando 70% dos domicílios do país. A velocidade também vai aumentar progressivamente, devendo chegar ao mínimo de 5 Mbps no fim de 2014.

O PNBL inclui medidas para acelerar a construção de redes de telecomunicações no Brasil, levar a internet em banda larga a regiões nas quais o serviço ainda não chega, atender a zona rural, ampliar o serviços de governo eletrônico (e-gov) de forma a facilitar aos cidadãos o uso dos serviços de Estado, aumentar a autonomia tecnológica e a competitividade brasileira, reduzir preços e popularizar terminais de acesso como tablets e microcomputadores.

Foi reativada uma empresa estatal, a Telebras, que está implantando um backbone nacional, com cerca de 31 mil quilômetros de extensão, e atuando em parceria com operadores privados de todos os portes.



A empresa, que faz parte da estrutura do Ministério das Comunicações, foi reestruturada e passou a atuar no atacado, fornecendo a infraestrutura a pequenos provedores de acesso à internet. A medida garante competição no setor e permite que a conexão chegue até o usuário final a preços mais baixos. Desde a entrada em operação da Telebras, o preço da internet no atacado caiu 50% no mercado brasileiro.

Outras ações já foram realizadas para acelerar o Programa Nacional de Banda Larga, especialmente quanto aos incentivos à construção de redes e uso de tecnologia nacional. Modems e tablets, por exemplo, já contam com isenção de 100% de impostos federais. O objetivo é incentivar a produção no país e popularizar os tablets como terminais de acesso à internet no Brasil. A expectativa é uma redução de até 36% no preço dos tablets no Brasil.

A lei concede o benefício a qualquer empresa que fabricar os equipamentos no Brasil. Desde o anúncio da redução de impostos para tablets, 15 empresas demonstraram interesse em produzir no Brasil, que possui um grande mercado para o setor.

Ponto importante do PNBL são as medidas regulatórias como o regulamento de gestão da qualidade do serviço de internet. A agência reguladora do setor de telecomunicações, Anatel, aprovou regulamento que determina que a velocidade mínima de conexão entregue pelas operadoras do setor deverá ser de 20% da velocidade contratada em novembro de 2012 (hoje é 10%), aumentando para 30% e 40% nos anos seguintes.



Já a velocidade média mensal não deverá ser inferior a 60% da contratada, aumentando a cada ano, até chegar a uma média mensal de 80% da velocidade contratada, em 2012. As regras valem para internet fixa e móvel.

O PNBL parte do entendimento do governo de que os números de acesso aos serviços de telecomunicações devem acompanhar o bom momento de expansão da economia brasileira. O país é o maior mercado de comunicações do hemisfério sul e o terceiro maior mercado mundial em vendas de computadores pessoais, ficando atrás apenas dos EUA e China.

O Programa Nacional de Banda Larga é um programa abrangente e estruturante, capaz de servir como um farol para o desenvolvimento do país nas próximas décadas. O conjunto de medidas que fazem parte do PNBL, incentivos fiscais, reguladoras e de infraestrutura, estão fazendo com que o acesso à rede acompanhe os bons índices da economia e permitam ao governo ampliar os serviços públicos oferecidos aos cidadãos.

CELULARES DE QUARTA GERAÇÃO - 4G

A licitação para a quarta geração de telefonia móvel (4G) é uma das ações mais importantes do PNBL, já que vai possibilitar a ampliação de acesso às telecomunicações em banda larga móvel de alta velocidade. Isso significa que a população terá acesso a serviços de dados com velocidades até 10 vezes superiores às praticadas atualmente com a telefonia 3G. Além disso, a nova tecnologia será fundamental para garantir as necessidades maior banda geradas pelos grandes eventos esportivos que serão sediados pelo Brasil - a Copa das Confederações em 2013, Copa do Mundo em 2014 e Jogos Olímpicos em 2016.

A faixa de frequência de 2,5 Ghz, que vai permitir o funcionamento da telefonia 4G, será licitada em junho deste ano, com grande interesse do setor e previsão de grandes investimentos.

INTERNET NA ZONA RURAL

Outro objetivo fundamental do Programa Nacional de Banda Larga é levar até a zona rural do Brasil o atendimento com voz e dados. Para alcançar essa meta, o governo vai licitar a faixa de frequência de 450 Mhz (subfaixas de 451 MHz a 458 MHz e de 461 MHz a 468 MHz), que será utilizada no atendimento das áreas rurais e remotas, com aumento progressivo da cobertura e da velocidade.

A faixa também será licitada em 2012, de acordo com o Plano Geral de Metas para Universalização da telefonia fixa, aprovado pelo decreto nº 7.512/2011. Quem vencer a licitação assume

o compromisso de garantir que os serviços de telecomunicações de voz e dados cheguem até a zona rural a preços acessíveis. Os vencedores terão, também, que conectar com internet rápida e gratuita todas as escolas públicas rurais situadas nas áreas de prestação do serviço.

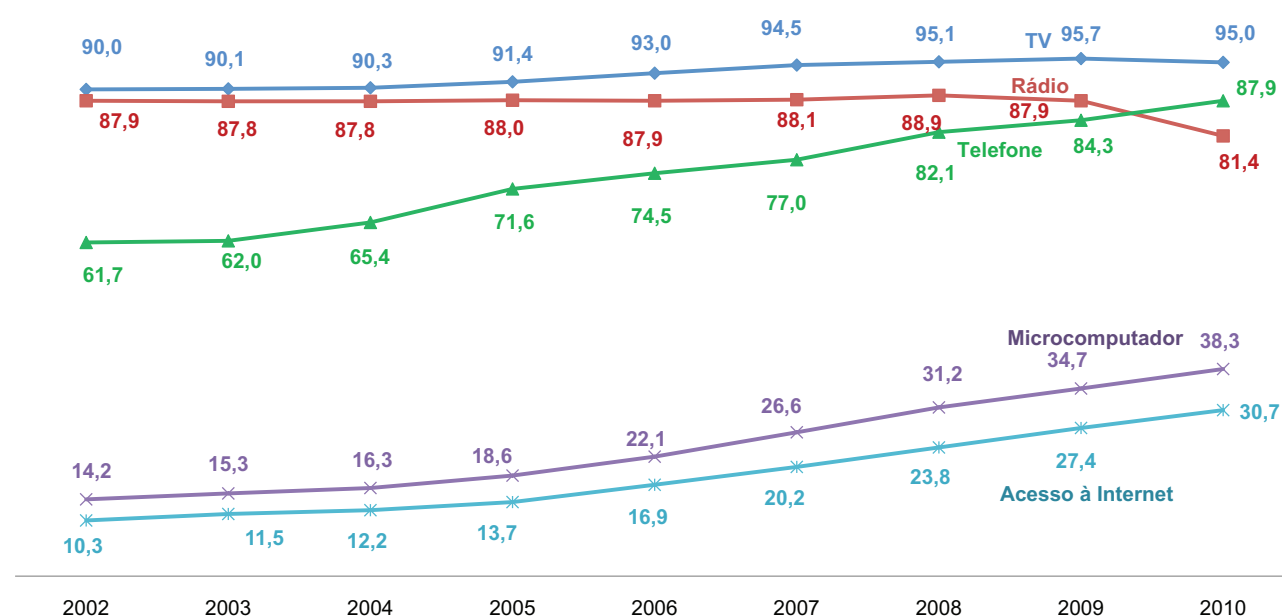
INCLUSÃO DIGITAL

Ao mesmo tempo em que expande o acesso à internet, reduz o custo e aumenta a qualidade das conexões, o governo brasileiro está empenhado em torno de uma agenda para incluir todos os cidadãos no processo de transformações sociais e econômicas em curso no país. Para isso está trabalhando para reduzir ainda mais as desigualdades sociais e regionais com o uso das tecnologias da informação em programas de inclusão digital para a população de baixa renda.

Os programas e projetos desenvolvidos pelo governo abrangem o acesso do cidadão a equipamentos de informática, à rede, ao domínio das ferramentas tecnológicas e de comunicação e também a produção e a disseminação de conteúdos. O processo de democratização do acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) permite a inserção de todos na chamada "sociedade do conhecimento" e colabora para a inclusão social no país.

O Ministério das Comunicações, por meio do projeto-piloto Cidades Digitais, atenderá inicialmente a 80 cidades brasileiras, de modo a permitir a melhoria na prestação de serviços aos cidadãos, aprimorar a gestão pública local e, ao mesmo tempo, contribuir para a democratização do acesso à informação. O

PENETRAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO NO BRASIL EM % DE DOMICÍLIOS



Fonte: Censo 2010

projeto também possibilitará que a população se conecte à internet de forma livre e gratuita em alguns locais públicos.

As cidades digitais receberão tecnologia para implantar ações de governo eletrônico, o que possibilitará, por exemplo, a melhoria da gestão tributária, a divulgação de horários de ônibus e marcação pela internet de consultas em hospitais públicos. Além disso, as cidades deverão oferecer locais onde as pessoas possam acessar a web de forma gratuita, como praças, rodoviárias e outros espaços. A ideia é que a rede de informações seja aproveitada também nas diversas áreas de gestão governamental, como na saúde, educação e no setor financeiro.

Além disso, o Ministério das Comunicações

articula as políticas de inclusão digital, por meio de eventos, parcerias e da institucionalização de uma agenda conjunta das ações federais e da integração com as políticas de inclusão social. Tais articulações têm permitido a promoção de iniciativas como o projeto Inclusão Digital para a Juventude Rural, parceria com a Secretaria da Juventude da Presidência da República que atende a comunidades rurais, quilombolas, e ribeirinhas, além de assentamentos de reforma agrária com o financiamento de projetos que capacitem jovens do campo no uso das TICs, em diferentes linguagens e técnicas na área da comunicação digital e capacitem professores das escolas públicas rurais.

Outras ações voltadas para a inclusão digital são:

- **Telecentros.BR:** programa que apoia a implantação e o fortalecimento dos espaços públicos e comunitários de inclusão digital. São disponibilizados equipamentos de informática e mobiliário, serviços de conexão à internet, assim como a formação e bolsas de auxílio financeiro para agentes de inclusão digital que atuam como monitores nos telecentros.
- **Rede Nacional de Formação para Inclusão Digital:** voltada para a qualificação de agentes de inclusão digital para que os telecentros se tornem espaços de promoção do desenvolvimento local.
- **Computadores para Inclusão:** O projeto Computadores para Inclusão promove a inclusão digital e a formação de jovens de baixa renda em situação de vulnerabilidade social com a oferta de oficinas, cursos, treinamentos e outras atividades formativas. Eles são formados em técnicas de recuperação de equipamentos de informática e descarte ambientalmente correto de resíduos eletrônicos, criando oportunidades de formação educacional e profissional e de inserção no mercado de trabalho. Apoia diversas iniciativas de inclusão digital sob responsabilidade das três esferas governamentais e da sociedade civil organizada, fornecendo equipamentos usados, recuperados nos Centros de Recondicionamento de Computadores para o apoio a telecentros, informatização de escolas públicas, bibliotecas e outros projetos de inclusão digital com impacto estratégico, ampliando o número de espaços coletivos gratuitos de acesso e às tecnologias de informação e comunicação.

TV DIGITAL

A televisão é o meio eletrônico de comunicação mais utilizado no Brasil, tendo 96,6% de presença na vida dos cidadãos. O padrão de TV digital escolhido pelo governo brasileiro é o ISDB-T (Internacional Services Digital Broadcasting Terrestrial), sistema japonês que foi adaptado à realidade brasileira. A escolha visou beneficiar ao mesmo tempo a sociedade, o setor de produção de conteúdo e a indústria, promovendo a inclusão social no país. Para isso, foram levadas em conta a recepção gratuita em alta definição e a mobilidade. O sistema permite também uma melhor qualidade na compressão do sinal, o que resulta em um uso mais eficiente do espectro.

A parceria com o Japão no desenvolvimento do ISDB-T também permitiu a constituição de uma cadeia de cooperação e integração entre as diversas nações que escolheram esse sistema. Além de Brasil e Japão, o ISDB-T já é utilizado na Argentina, Bolívia, Chile, Costa Rica, Equador, Filipinas, Paraguai, Peru, Venezuela e Uruguai. Esses países recebem suporte brasileiro e japonês por meio de treinamentos e seminários com representantes dos governos, indústrias, emissoras e centros de pesquisa.

Os países também integram um fórum técnico para padronização do sistema e uma conferência intergovernamental que fomenta a cooperação e a troca de experiências. Hoje, o ISDB-T é acessível a mais de 550 milhões de habitantes, em países com um PIB agregado de mais de US\$ 7 trilhões, garantindo mercado de escala mundial para conversores e transmissores a preços competitivos.

A interatividade, somada à presença da televisão no país, abre grandes possibilidades de serviços para o cidadão, assim como oportunidades de negócios para emissoras e anunciantes. Nesta linha, o governo vem apoiando iniciativas de conteúdos e aplicações digitais inovadoras, sejam games ou plataformas a serviço do cidadão.

Neste contexto, foi desenvolvido por cientistas brasileiros o Ginga, middleware padrão para a interatividade na TV digital brasileira.

GINGA

O Ginga foi desenvolvido em conjunto por duas universidades brasileiras: a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB). O sistema foi criado em software livre a fim de permitir a inclusão social, digital e a livre criação de conteúdo interativo. O sistema permite a interatividade independentemente do sistema utilizado nos diferentes receptores.

O middleware Ginga está dividido em dois subsistemas, o Ginga NCL/Lua, que foi aprovado pela União Internacional de Telecomunicações (UIT) como o primeiro padrão tecnológico do mundo para IPTV; e o Ginga-J, desenvolvido para aplicações baseadas em Java.

Até 2011, a TV digital já alcançou cerca 46% dos domicílios no Brasil, o que corresponde a mais de 87 milhões de pessoas. O switch off do sinal analógico está previsto para o ano de 2016. Até lá, as emissoras geradoras

e retransmissoras de televisão utilizarão simultaneamente as duas formas de transmissão.

O SETOR DE RADIODIFUSÃO NO BRASIL

O sistema de rádio e televisão no Brasil é composto por emissoras comerciais, educativas e comunitárias. Os serviços de radiodifusão têm, legalmente, finalidade educativa, artística, cultural e informativa, sendo considerados de interesse nacional. O processo de concessão para novas rádios e TVs é de responsabilidade do Governo Federal e precisa ser aprovado pelo Congresso Nacional.

Atualmente, existem 9.730 rádios e TVs comerciais em atuação nos 26 Estados brasileiros e no Distrito Federal. As emissoras educativas são 243 e as rádios comunitárias somam 4.377. Esse conjunto de emissoras promove a transmissão de sons (radiodifusão sonora) e de sons e imagens (televisão) de forma gratuita, em todo o território nacional. A concessão para TVs vale por um período de 15 anos e, para rádios, tem duração de 10 anos. Ao fim desses prazos, as emissoras podem entrar com um pedido para renovar a concessão.

Em todos os casos, pelo menos 70% do capital total e do capital votante das empresas de rádio e TV deverão pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos. A responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada também são privativas de

brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos em qualquer meio de radiodifusão.

O Governo Federal adotou, no início de 2012, novas regras para a concessão de rádios e televisões comerciais. O novo decreto torna o processo mais rápido e eficiente, com atualização de lista de documentação exigida e adequação dos mecanismos às novas exigências de mercado. Além disso, passa a incluir como critério de pontuação na licitação, além do tempo destinado a programas jornalísticos, educativos, culturais e informativos, o tempo de programas produzidos no município de outorga, ou seja,

TV POR ASSINATURA

O segmento de TV por assinatura no país é de responsabilidade da Agência Nacional de Telecomunicações, que responde pelas outorgas, regulamentação e fiscalização do setor.

Em 2011, foi aprovada a lei nº 12.485, que mudou as regras do mercado de TV por assinatura no país. A nova legislação abre o mercado de TV paga às operadoras de telefonia e acaba com as restrições à atuação de empresas com capital estrangeiro no setor, que era limitado a 49%. Além disso, a lei cria cotas de programação com conteúdo nacional e independente nos canais que servirão como indutores da indústria criativa no Brasil.

A expansão da TV por assinatura no Brasil, em 2011, foi de 30,5%, o que correspondeu a 3 milhões de novos domicílios, o maior crescimento anual já registrado, o que mostra o potencial do setor com a aprovação da nova lei. Em dezembro

a produção local. O Ministério das Comunicações também tem como uma de suas metas a universalização do serviço de radiodifusão comunitária. Rádio comunitária é uma emissora de rádio FM, que tem alcance de 1 km a partir de sua antena transmissora. É uma pequena estação de rádio que permite às comunidades a divulgação de eventos, notícias de interesse local, manifestações culturais e utilidade pública. A meta é levar pelo menos uma rádio comunitária a cada um dos 5.565 municípios brasileiros. Atualmente, existem 4.385 emissoras comunitárias autorizadas.

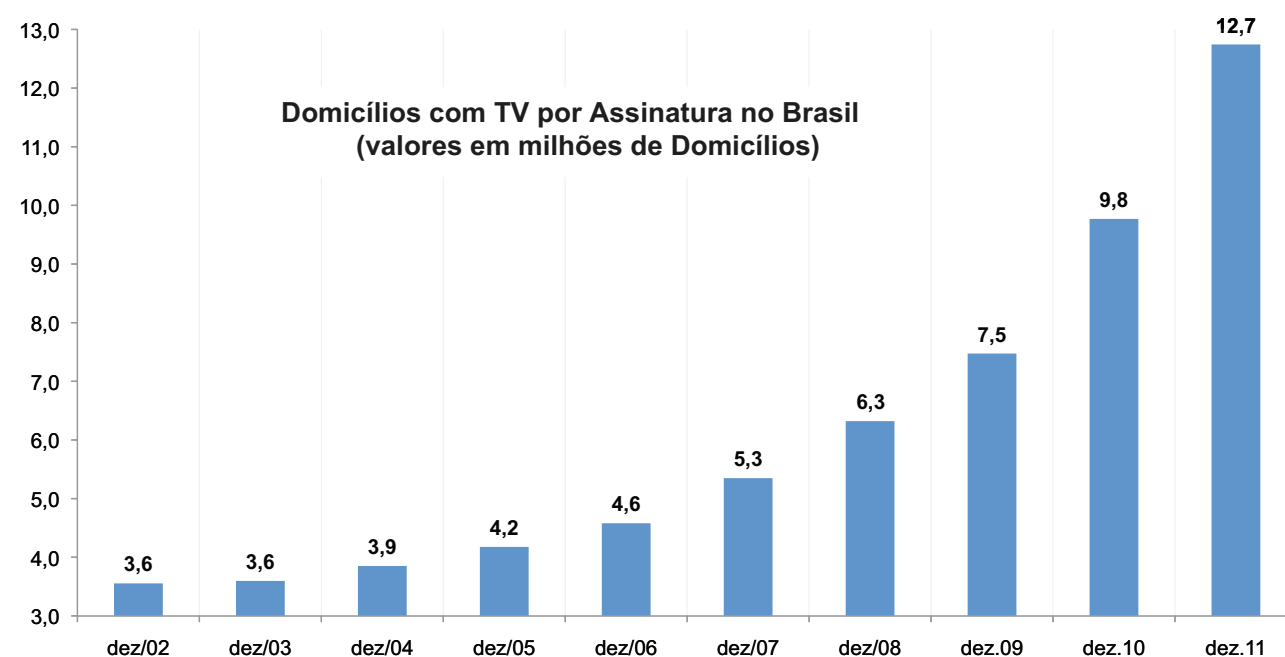
de 2011, atingiu-se a marca de 12,7 milhões de domicílios com TV por assinatura, o que equivale a 21,2% das residências no país. A meta é atingir 32% até 2015.

DADOS GERAIS SOBRE DIFUSÃO (Outubro/2011)

Rádio FM	1.501
Rádio FM Educativa	164
Rádio Ondas Médias	1.583
Rádio Ondas Curtas	66
Rádio Ondas Tropicais	72
Rádio Comunitária	4.377
Retransmissora de TV	6.197
Televisão	272
TV Educativa	79
TV Digital	39
Total	14.350

Fonte: Secretaria de Comunicação Eletrônica | Ministério das Comunicações

TV POR ASSINATURA NO BRASIL



Fonte: Anatel

A nova lei representa um marco regulatório moderno e preparado para os tempos de convergência, incentivando a competição e ampliando as possibilidades para os mais

variados atores do mercado. O objetivo é garantir mais qualidade, mais competição e mais acesso por parte da população ao serviço de TV paga.

SATÉLITES

O Brasil pretende lançar, em 2014, um satélite geoestacionário de defesa e comunicações estratégicas para uso governamental e para o Programa Nacional de Banda Larga. O satélite brasileiro terá uma tecnologia inovadora e única no mundo, pois operará nas bandas X e Ka - por muito tempo considerada inviável em regiões tropicais. A banda X será operada pelas Forças Armadas, enquanto a banda Ka será utilizada para comunicações.



A principal vantagem da banda Ka é que ela praticamente não apresenta problemas de interferência, já que ainda é pouco utilizada. Essa grande disponibilidade de espectro também possibilita a oferta de serviços com taxas elevadas de transmissão.

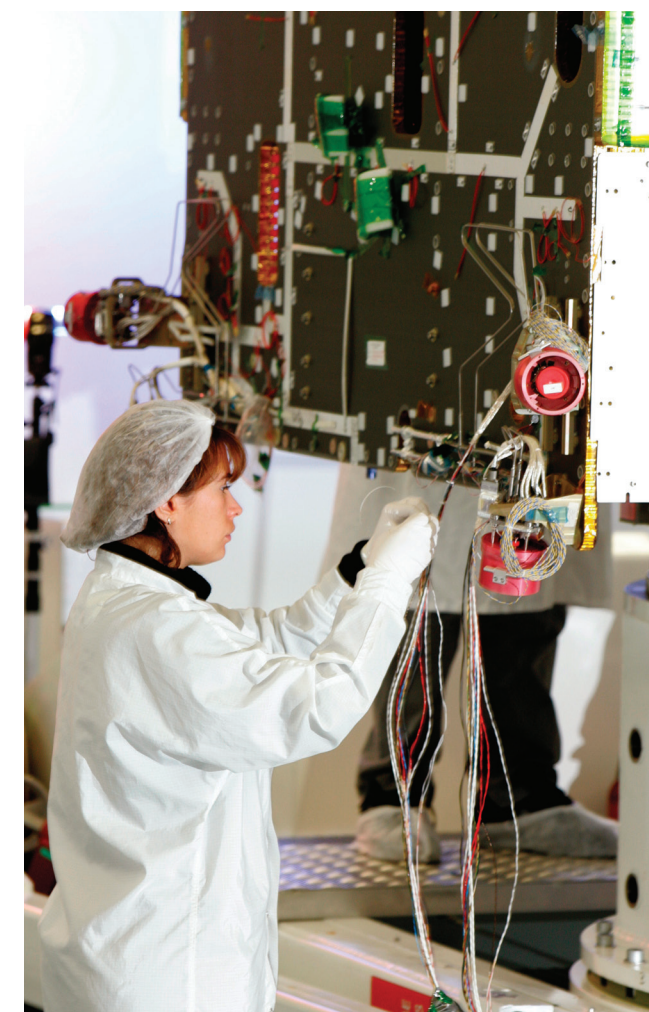
O projeto será coordenado pela Telebras, empresa estatal, e contará com acordos para transferência e absorção de tecnologia. Muitas empresas fornecedoras já foram consultadas e atualmente a Telebrás está preparando seu request for proposal (RFP).

Além disso, com o objetivo de ampliar a capacidade das telecomunicações brasileiras nos próximos cinco anos, a Agência Nacional de Telecomunicações licitou em agosto de 2011 quatro direitos de exploração de satélites. A iniciativa visa atender as atuais demandas no setor e, especialmente, aquelas que serão criadas em função de grandes eventos que acontecerão no País, tais como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, além de outros projetos do governo.

ANEL ÓPTICO SUL-AMERICANO

Os ministros de Comunicações da América do Sul reuniram-se em Brasília, em novembro de 2011, e acordaram ter como objetivo estratégico a criação de um anel óptico ligando os países sul-americanos. Esta rede será construída e operada por agentes públicos e privados, garantindo que o tráfego de todos os países seja escoado por meio dela em condições financeiras justas.

Atualmente, muitos países sul-americanos, mesmo que fronteiriços, precisam usar cabos submarinos transcontinentais para se



conectarem. Ou seja, uma mensagem sai da América do Sul, vai para o hemisfério norte e só depois retorna ao sul. Isso gera custos extremamente elevados e torna os países da região bastante dependentes de poucos prestadores de serviço internacionais.

Portanto, a solução, que está sendo construída em conjunto, é a implementação e operação desta grande rede de fibras ópticas por agentes públicos e privados, o que garantirá que o tráfego de todos os países seja escoado por meio dela em condições financeiras justas.

O governo brasileiro acredita que este projeto contribuirá expressivamente para integrar o comércio, o sistema financeiro e até a cultura dos países da região. Com este propósito, também compõe a estratégia regional a atração de servidores e data centers para a instalação

CABOS SUBMARINOS

O Brasil tem por objetivo lançar, até 2014, três sistemas de cabos submarinos: para os Estados Unidos, para a Europa e para a África. O projeto está sendo conduzido pela Telebras em parceria com empresas privadas e investidores de vários continentes.

A meta da estatal é conseguir megabit, na saída de Fortaleza, por um preço de aproximadamente US\$ 15, contra os US\$ 35

de mais conteúdos na América do Sul.

A expectativa é que o anel óptico fique pronto em dois anos, uma vez que já existe infraestrutura nesses países, sendo necessário apenas fazer a interligação.

pagos em média atualmente. Além de diminuir os próprios custos, a empresa quer ter mais capacidade para oferecer a seus parceiros e trocar com outras operadoras.

Com esses novos sistemas, tanto o Brasil quanto os outros países da região terão mais independência no tráfego de banda larga mundial, podendo, então, disponibilizar a suas populações uma conexão à internet mais barata e de melhor qualidade.

Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2016

O Brasil será o primeiro país a oferecer tecnologia móvel de quarta geração em escala comercial durante um evento esportivo de porte mundial: a Copa do Mundo de 2014. O serviço terá início em escala menor ainda antes disso, nas cidades que sediarão a Copa das Confederações, em 2013.

O Ministério das Comunicações enxerga a Copa do Mundo 2014 e as Olimpíadas 2016 como verdadeiros catalisadores das redes de telecomunicações no Brasil. São eventos que reúnem oportunidades para o país sede alavancar oportunidades de novos negócios e fazer investimentos em infraestrutura, que fiquem como legado para a população.

O Brasil assumiu compromisso de que haverá no país uma rede de telecomunicações de alta capacidade para servir aos dois eventos. O governo aproveita a oportunidade para atingir três outros objetivos: acelerar o projeto de massificar a internet no Brasil a preços populares, qualificar a prestação de serviços de telecomunicações e induzir a economia digital.

O Ministério das Comunicações é o responsável por garantir a disponibilidade de infraestrutura de comunicações que será usada durante os jogos. Os investimentos federais em telecomunicações estão sendo executados pela Telebras, empresa estatal do setor. Cabe à Telebras implantar a rede de fibras ópticas que dará suporte à transmissão de vídeo e aos sistemas de tecnologia da informação entre todos os estádios. Trata-se de redes que darão suporte aos jogos e garantirão que serão transmitidos com segurança e alta qualidade para todo o

mundo, além da operação dos equipamentos de segurança e monitoramento de tráfego.

São 12 cidades-sede que deverão estar ligados a redes ópticas independentes, com capacidade para suportar 20 gigabits por segundo durante as partidas. Essa rede deverá ser ligada também ao Centro Internacional de Mídia e ao Quartel General da Fifa, ambos no Rio de Janeiro.

Com capacidade menor, também serão ligados a essa rede todos os 32 campos de treinamento, bem como escritórios da Fifa, aeroporto e hotéis oficiais.

O Ministério das Comunicações tomará medidas regulatórias para que as redes estejam disponíveis e tenham a qualidade necessária para o evento, em parceria com a agência reguladora do setor de telecomunicações no Brasil, a Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações.



Serviços Postais

O setor postal brasileiro movimenta uma receita anual bruta que se aproxima de 1% do Produto Interno Bruto do país. Estima-se que o volume de objetos postais transportados e distribuídos no mercado brasileiro seja superior a 14 bilhões.

Existe um operador público designado, criado na forma de empresa estatal vinculada ao Ministério das Comunicações, que é a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT.

O Ministério das Comunicações vem, ao longo dos anos, buscando acompanhar o desenvolvimento econômico do país, desenvolvendo políticas públicas que facilitem o acesso aos serviços postais por parte de toda a população brasileira.

Conforme estabelecido em portaria ministerial, os Correios, que já possuem uma rede de agências que atinge mais de 5.500 municípios, deverá chegar, em 2012, a totalidade desses (5.565). E, apesar das grandes assimetrias regionais, com regiões de ocupação humana muito esparsa, cerca de 82% da população já contam com distribuição postal externa, percentual que deverá se elevar, até 2015, para 85%.

Além disso, o ministério vem acompanhando, com o estabelecimento de metas para os Correios, os prazos de entrega das correspondências, prezando pela qualidade do serviço prestado à população.

A rede de agências postais oferece também serviços de banco postal, no qual já foram abertas mais de 11 milhões de

contas correntes, promovendo a inclusão financeira das populações mais carentes e desassistidas.

Para o futuro, a rede de agências postais é vista como um ponto importante de atendimento presencial dos serviços do Governo Federal e como um ponto de inclusão digital.

Por fim, o Brasil, por meio do Ministério das Comunicações, tem participação efetiva em organismos intergovernamentais como a União Postal Universal (UPU), a União Postal das Américas, Espanha e Portugal (Upaep), o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a União de Nações Sul-Americanas (Unasul), com uma atuação voltada ao desenvolvimento e aprimoramento do intercâmbio de correspondências e encomendas e demais serviços postais internacionais, além de fortalecer a integração hemisférica e buscar processos decisórios mais abertos a um número maior de países no âmbito postal, principalmente àqueles em desenvolvimento.



61 3311-6000
www.mc.gov.br

Ministério das
Comunicações

